

TALITA STRESSER DE ASSIS

**AS MUDANÇAS DO PROGRAMA DANÇA CURITIBA: RELAÇÕES ENTRE
ESPAÇO, CULTURA E LAZER**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do Curso de Licenciatura em
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Dra. Simone Rechia

**CURITIBA
2010**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a VIDA assim como as pessoas maravilhosas que estão ao meu redor, busco e buscarei sempre fazer por merecer todas as bênçãos que recebi.

Agradeço à minha mãe Telma, meu anjo da guarda, meu porto seguro, que sempre me apoiou em todos os momentos difíceis e enxugou minhas lágrimas: não tenho palavras para lhe agradecer, sou eternamente grata.

Ao meu super pai Sérgio, exemplo de ser humano dedicado e corajoso, espero um dia ter a metade da sua perseverança: obrigada por estar ao meu lado.

Ao meu irmão Carlos que sempre me ofertou abraços, beijos e conversas sobre infinitas brincadeiras.

À minha avó Olavina, meu padrinho Arcênio, minha madrinha Eliane: obrigada pelas orações, risos e palavras.

Ao meu namorado Allan, amigo, amante e companheiro, que mesmo longe se faz perto e sempre busca me confortar: obrigada por estar presente na minha vida, ser quem é e como é.

À minha orientadora Simone Rechia, pelos conselhos, palavras amigas e aulas que me seduziram cada dia mais.

Aos meus amigos de “longa data” Leticia, Hellen, Cecília e Anderson: mesmo indiretamente vocês me ajudaram muito na construção desse trabalho.

À minha amiga Daniela que esteve muito presente nesse último ano, apoiando, sorrindo e oferecendo o seu bom humor que alegra todos os meus dias.

Aos meus amigos e amigas do GEPEC: Thais, Mariana, Aline, Flávia, Luize, Simone, Tânia, Paola, Jáder, Daniela, Andrey, Christian, Pedro, Rafael, Vanessa.

E por último, mas não menos importante, essa arte denominada Dança que me apaixonou e me trouxe até aqui.

Foi difícil chegar até aqui, mas eu cheguei, mas eu cheguei...

*E se você não se sentiu contemplado nesses agradecimentos, não se sinta triste, coloque seu nome aqui no verso!

RESUMO

A dança enquanto manifestação corporal relaciona-se com a cultura, o lazer, a religião, o trabalho. Infere-se, a partir disso, que é no âmbito do lazer que essa cultura corporal pode ser potencializada e vivenciada de forma mais significativa para os sujeitos. Dessa forma, faz-se necessário a criação de políticas públicas que atendam as demandas dessa cultura corporal. Um exemplo desse tipo de política pública é o “Dança Curitiba” da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba, que se caracteriza por apresentações de dança de grupos amadores, pré-profissionais e profissionais realizadas em espaços públicos da cidade, proporcionando à comunidade o lazer contemplativo. O presente estudo buscou problematizar essa temática, entendendo ser relevante analisar como aconteceram as transformações do “Dança Curitiba” desde que foi criado e quais foram os fatos que demarcaram essas mudanças. Para tanto, essa pesquisa tem como objetivos específicos: buscar referenciais teóricos sobre a temática; localizar fatos históricos nos documentos do “Dança Curitiba”; buscar informações sobre o tema a partir de entrevistas com gestores do “Dança Curitiba”; e analisar, a partir dos dados dos documentos e entrevistas, as transformações do “Dança Curitiba”. Partiu-se de uma abordagem qualitativa envolvendo quatro etapas, sendo a primeira referente a uma revisão de literatura sobre a temática em questão. Na segunda etapa identificou-se os documentos do “Dança Curitiba”, e a partir disso foram localizados os fatos históricos deste programa. Na terceira etapa foram realizadas entrevistas com gestores do “Dança Curitiba”. A quarta e última etapa se caracterizou por analisar, a partir dos dados dos documentos e entrevistas, as transformações do “Dança Curitiba”. Os dados obtidos apontam para algumas mudanças do programa, principalmente em relação aos espaços de desenvolvimento e as modalidades e grupos participantes. A mudança dos espaços foi ocasionada por conta de vários aspectos, são eles: uma lei que proibiu o uso de parques e praças de Curitiba, a infra-estrutura de alguns espaços que não permitiam mais a realização de eventos do programa Dança Curitiba e a instabilidade climática de Curitiba desfavorece a realização de eventos ao ar livre. Em relação à mudança de modalidades e grupos, infere-se que aconteceu devido ao elemento da indústria cultural, pois ao longo dos anos houve uma extinção de determinadas modalidades e um grande aumento de outras modalidades, sempre vinculadas aos conteúdos apresentados pela comunicação de massa, principalmente a televisão. Nesse sentido, infere-se que essas mudanças podem restringir o público que assiste aos eventos do programa, assim como dificultar seu acesso. No entanto, percebe-se que há brechas nessas relações e ainda existem grupos tradicionais que resistem à lógica da indústria cultural, fortalecendo assim a “vida” de diversas culturas.

Palavras-chave: políticas públicas, lazer, cultura, espaço.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - APRESENTAÇÃO GRUPO INFANTIL DE JAZZ.....	31
FIGURA 2 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE JAZZ.....	33
FIGURA 3 - ÓPERA DE ARAME.....	37
FIGURA 4 - PARQUE TANGUÁ.....	37
FIGURA 5 - PARQUE BARIGÜI.....	38
FIGURA 6 - MEMORIAL DA CIDADE DE CURITIBA.....	38
FIGURA 7 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE HIP HOP.....	41
FIGURA 8 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE DANÇA FOLCLÓRICA.....	42
FIGURA 9 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE DANÇA DO VENTRE.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	10
3 CIDADE	11
3.1 NO PALCO: A HISTÓRIA DE CURITIBA.....	13
4 AS CULTURAS: CULTURA POPULAR, CULTURA ERUDITA E A INDÚSTRIA CULTURAL	18
5 LAZER: O FENÔMENO MULTIFACETADO	21
5.1 AS POLÍTICAS DE LAZER.....	24
6 A SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER DE CURITIBA	27
6.1 O PROGRAMA DANÇA CURITIBA.....	31
7 AS (MU)DANÇAS DO DANÇA CURITIBA	35
7.1 (MU)DANÇA DOS ESPAÇOS: UMA QUESTÃO DE LEI, DE INFRA-ESTRUTURA E DE CLIMA.....	35
7.2 (MU)DANÇA DAS MODALIDADES: UMA QUESTÃO DA INDÚSTRIA CULTURAL?.....	41
8 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO I	48

1 INTRODUÇÃO

A dança remonta a tempos imemoriais – pré-históricos – e é tão antiga como a própria vida humana (FAHLBUSCH, 1990). Antes de saber articular palavras ou produzir som, o homem já se servia do movimento do seu corpo para expressar seus sentimentos (OSSONA, 1988). Dessa forma, a dança nasceu desde as primeiras manifestações do homem com a natureza.

Para Haas e Garcia (2008), a dança, entendida como produto e fator da cultura humana, estampa, desde seu surgimento nos tempos primitivos até a atualidade, uma linguagem corporal moldurada e inserida sob influência dos contextos econômicos, sociais, políticos e religiosos, presentes no desenrolar de regimes histórico-sociais, evocando suas necessidades, crenças, tradições, convenções, rebeldias na sua natureza artístico-cultural. Sendo assim, constitui-se como um patrimônio histórico que permeia a cultura corporal do homem.

A dança enquanto manifestação corporal relaciona-se com a cultura, o lazer, a religião e o trabalho, articulados, diante da sociedade, no sentido de demonstrar o potencial dessa arte enquanto “fenômeno social em constante processo de renovação, transformação e significação” (HAAS e GARCIA, 2008, p. 142).

Nesse sentido, infere-se que é no âmbito do lazer que essa cultura corporal pode ser potencializada e vivenciada de forma mais significativa para os sujeitos. Para Mascarenhas (2003), o lazer se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas e lugar de organização da cultura. O lazer é lugar de organização da cultura tendo em vista que é no tempo/espaço de lazer que se tem a oportunidade de vivenciar e ressignificar elementos da cultura, nesse caso especificamente a dança.

Dessa forma, faz-se necessário a criação de políticas públicas que atendam as demandas dessa cultura corporal. Um exemplo desse tipo de política pública é o “Dança Curitiba” da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba, que se caracteriza por apresentações de dança de grupos amadores, pré-profissionais e profissionais realizadas em espaços públicos da cidade, proporcionando à comunidade o lazer contemplativo.

Nesse sentido, o presente estudo buscou problematizar essa temática, entendendo ser relevante analisar como aconteceram as transformações do “Dança

Curitiba” desde que foi criado e quais foram os fatos que demarcaram essas mudanças. Para tanto, esse estudo tem como objetivos específicos:

- a) Buscar referenciais teóricos sobre a temática;
- b) Localizar fatos históricos nos documentos do “Dança Curitiba”;
- c) Buscar informações sobre o tema a partir de entrevistas com gestores do “Dança Curitiba”;
- d) Analisar, a partir dos dados dos documentos e entrevistas, as transformações do “Dança Curitiba”.

Entende-se que essa temática é relevante tanto para o meio social, quanto para o campo acadêmico, pois poderá gerar subsídios para a identificação de pontos positivos e negativos, assim como auxiliar no processo de avaliação qualitativa dessa política pública de lazer. Poderá contribuir, também, na implementação desse programa, assim como poderá potencializar a cultura corporal intitulada dança, vista na sociedade brasileira como uma cultura erudita. Assim sendo, esse trabalho poderá gerar elementos que ajudem essa cultura corporal a se tornar uma cultura popular. Outro fator relevante desse estudo é que poderá perceber-se a relevância de eventos como este para os cidadãos curitibanos, assim como poderá contribuir para novas possibilidades de desenvolvimento de políticas públicas dessa natureza.

Em relação ao meio acadêmico, o presente estudo se faz relevante justamente por não haver um número significativo de pesquisas sobre o tema. Foram poucos os estudos encontrados sobre políticas públicas de lazer da mesma natureza e a maioria destes não eram trabalhos da área da Educação Física. Dessa forma, acredita-se que esse estudo poderá gerar subsídios para outras pesquisas e acrescentar reflexões sobre a temática.

Esse trabalho divide-se em três capítulos de revisão de literatura e dois capítulos de apresentação e análise de dados. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica sobre como se dão as relações na cidade e sua contextualização como campo importante para subsidiar o foco do estudo. No segundo capítulo são discutidos os conceitos de cultura, suas modalidades e a sua situação atual, visto que a dança está imersa no campo cultural. O terceiro capítulo mostra o lazer como um fenômeno multifacetado e apresenta as semelhanças e divergências entre autores, bem como a discussão desse direito social. O quarto capítulo apresenta a

Secretaria Municipal do Esporte e Lazer¹ de Curitiba, um breve histórico e seus programas, entre eles o “Dança Curitiba”. No quinto e último capítulo são apresentados os dados das entrevistas, sua análise e discussão.

¹ SMEL

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido em quatro etapas em uma abordagem qualitativa, sendo a primeira referente a uma revisão de literatura sobre a temática em questão. Em uma segunda etapa identificou-se os documentos do “Dança Curitiba”, e a partir disso foram localizados os fatos históricos deste programa. Na terceira etapa foram realizadas entrevistas com gestores do “Dança Curitiba”. A quarta e última etapa se caracterizou por analisar, a partir dos dados dos documentos e entrevistas, as transformações do “Dança Curitiba”.

Os documentos analisados foram livretos feitos pela própria Secretaria Municipal de Esporte e Lazer em que descreviam o histórico dessa secretaria, suas ações e detalhes dos programas ofertados, entre eles o Programa Dança Curitiba.

Foram escolhidas duas gestoras e uma ex-gestora² para as entrevistas, sendo o critério para sua escolha o tempo em que participa ou participou do programa. As entrevistas foram analisadas e separadas em duas categorias de análise de acordo com a grande incidência das temáticas: espaço e modalidades.

Nesse sentido, buscou-se investigar os documentos e conectá-los com as falas dos gestores e participantes, assim como dialogar essas questões com os autores que já abordaram essa temática. Isso, na tentativa de dar maiores subsídios na análise das transformações do “Dança Curitiba”.

² Decidiu-se denominá-las de Ex-gestora A, Gestora B e Gestora C.

3 A CIDADE

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas, casas, edifícios, parques, praças, avenidas, num misto entre espaço natural e criado, formada por objetos e imagens, movimentada pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões. Conforme afirma Rechia (2003, p. 1) “as grandes cidades contemporâneas constituem-se em um denso espaço, com funções diversas, por meio das quais se estabelecem múltiplas práticas sociais”.

Lefebvre (2008, p. 11) afirma que “a industrialização caracteriza a sociedade moderna”, mas indica que a cidade preexiste à industrialização e que certamente este processo é o motor das transformações na sociedade, mas que não se deve subordinar a existência de uma urbanidade ao desenvolvimento da indústria. O processo de industrialização propagou uma profunda transformação na percepção dos “valores” que advinham da cidade e da vida cotidiana. Assim sendo,

o processo de civilização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”. (LEFEBVRE, 2008, p. 11)

Segundo Lefebvre (2008), tanto na cidade oriental, como na arcaica ou medieval, ainda predominava socialmente o “valor de uso” da cidade e das coisas. Este nascia da experiência da cidade, pelo desenvolvimento da vida urbana e de seus conflitos. Como elementos do sistema de valores, Lefebvre (2008, p. 19) aponta “os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade”.

Nesse sentido, Lefebvre (2008) demonstra que a cidade era experienciada enquanto “criação”, como uma “obra”, não só nela se dispunham inúmeras obras de arte quanto ela própria seria entendida enquanto uma obra de arte.

Com a industrialização, ocorre a generalização da mercadoria e o “valor de troca” que tendem a destruir ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2008). A troca passa a ser o sentido e o fim de tudo. Dessa forma, não só as relações que existiam com as mercadorias são deturpadas, quanto as relações sociais, as relações com a cidade e com a obra de

arte. Ressalta-se, assim, que a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Isso remete ao fato de que “a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (LEFEBVRE, 2008, p. 12), com efeito

o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2008, p. 12)

Lefebvre (2008, p. 54) ao introduzir o tema do urbanismo, sugere que se faça uma distinção entre “cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. Dessa forma, mostra a necessidade de tratar os termos como complementares e relacionais. A partir disso, Lefebvre (2008, p. 62) faz a primeira definição de cidade como sendo “projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”.

Ao mencionar a vida urbana, Lefebvre (2008, p. 73) aponta que esta

compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza. (...) É o caso dos parques, dos jardins, das águas cativas. Essas mediações não podem ser compreendidas sem os simbolismos e representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo como tais pelos cidadãos.

Isso demonstra que os cidadãos precisam reconhecer, de forma simbólica, os novos espaços constituídos pelo urbanismo. Nesta direção, Rechia (2003) aponta as vivências no âmbito do lazer como “tempo da vida”, tempo que pode ser diferenciado da velocidade das transformações produzidas no meio urbano, particularmente nas grandes metrópoles. A partir dessas vivências o cidadão pode dar novos sentidos e significados para os espaços da cidade urbana, as quais podem revelar um importante elo de ligação entre a vida cotidiana e a cultura local.

Essa idéia vai ao encontro das “brechas” apontadas por Lefebvre (2008, p. 84) que afirma que

os habitantes reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca.

Nesse ponto, então, é necessário a caracterização da cidade-foco para o conhecimento de suas questões específicas, reconhecendo-a como um valor de uso – valor de troca.

3.1 NO PALCO: A HISTÓRIA DE CURITIBA

Curitiba, antes de ser elevada a capital da Província do Paraná, segundo Dudeque³ (1995, *apud* RECHIA, 2003), era apenas um agrupamento de casas que pertenciam a moradores das redondezas, ocupadas apenas nos dias de festas cívicas e religiosas. Não tinha mais que dez ruas, irregularmente agrupadas em torno da Praça da Matriz, sem iluminação e com aproximadamente 6.000 habitantes. Situava-se na parte baixa de uma planície. Os contatos com o litoral eram feitos por picadas e a cidade mais próxima nessa direção ficava a quatorze léguas de péssimo caminho.

O início do desenvolvimento urbano de Curitiba ocorreu na segunda metade do século XIX com a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Trevisan (1985, *apud* RECHIA, 2003) relata que, com esse evento, fatores econômicos e políticos levaram a cidade a receber um grande contingente de imigrantes de origem européia, os quais transformaram o panorama de vários aspectos da construção da Província, ao introduzirem seus costumes e valores culturais, determinando um modo típico e singular de vida entre a população curitibana.

Dudeque (1995, *apud* RECHIA, 2003) aponta que em algumas localidades brasileiras foi possível copiar o modelo urbano francês, trazê-lo e desenhá-lo em terrenos ainda desocupados e que isso foi feito em Curitiba. As mudanças em Curitiba não dependiam de demolições e por isso começaram, já na década de 1880, com os engenheiros que construíram a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, quando o modelo francês foi adotado na íntegra como início do planejamento urbano de Curitiba (RECHIA, 2003, p. 19).

³ DUDEQUE, I. **Cidades sem véus**: doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba: Champagnat, 1995.

O rápido crescimento da população naquele período fez surgir um novo instrumento para a manutenção da ordem da cidade: O Código de Posturas de Curitiba. Este Código previa

padrões de higiene, aperfeiçoava a estrutura da cidade, estimulando o plantio de árvores nos passeios e estabelecia regras para coleta de lixo. Nesta direção, formalizava aspectos legais que envolviam o desejo de criação de cenários para auto-afirmação da cidade. Regulamentava em minúcias as larguras mínimas das ruas, a uniformização da altura e alinhamento dos prédios, a altura mínima dos pavimentos, a largura e altura de janelas e portas, as proibições de coberturas visíveis da rua. Na complementação da legislação constava uma praça, integrada e próxima ao conjunto de ruas, destinada ao lazer. (RECHIA, 2003, p. 19)

A falta de recursos para grandes obras fizeram com que a administração pública se voltasse para um planejamento urbano diferenciado, buscando racionalizar necessidades e custos (RECHIA, 2003). Assim, a história formal da continuidade do planejamento urbano na cidade começa efetivamente em 1943, com o Plano Urbanístico Agache, realizado pelo engenheiro francês Alfred Agache.

Esse plano estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego, organizando as funções urbanas, estabelecendo zoneamento específico para as diversas atividades codificando as edificações a fim de estimular e orientar o desenvolvimento da cidade. (RECHIA, 2003, p. 20)

Mesmo inovador para a época, o plano Agache não conseguiu prever e contornar todos os problemas urbanos surgidos a seguir. Dessa forma, em 1954 esse plano sofreu uma revisão por meio da criação do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo (RECHIA, 2003, p. 21).

Em 1965, no "Seminário - Curitiba de Amanhã", realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, é apresentado à população o Plano Preliminar de Urbanismo, sancionado na forma de Plano Diretor, em 1966. O IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – é criado no mesmo ano, responsabilizando-se pelo desenvolvimento de projetos, implantação e gerenciamento do Plano. Seria dele a tarefa de delinear o mais amplo conjunto de mecanismos que possibilitasse ordenar o processo de desenvolvimento da cidade. Ao órgão fora entregue, assim, a responsabilidade de conciliar tempo e espaços urbanos. Para Rechia (2003) esta foi uma das iniciativas mais marcantes de Curitiba, porque, a partir do momento em que se instituiu um órgão dessa natureza, o qual contava com uma diversidade de profissionais em seu corpo técnico – principalmente: arquitetos, economistas,

engenheiros, pedagogos, sociólogos – privilegiava-se uma concepção integrada de pesquisa e planejamento.

A década de 70 foi o marco das inovações urbanísticas de Curitiba, sendo que muitas transformações que aconteciam na cidade eram através do desenvolvimento do Plano Diretor, discutido e implementado pelo IPPUC. É a partir desse momento que Curitiba passou por sua maior transformação física, econômico-social e cultural de sua história.

A transformação física se deu pela criação de eixos estruturais e a implantação de um sistema de transporte de massa que seria adaptável ao progressivo adensamento. Quanto à transformação econômica, em 1974 foi criada a Cidade Industrial de Curitiba promovendo a atração de investimentos na área industrial e priorizando a instalação de indústrias não poluentes. A transformação social ocorreu por meio de programas e investimentos que permitiram o crescimento da renda coletiva da população e contribuíram para amenizar os efeitos da concentração de renda.

A transformação cultural se fez com a promoção de uma identidade própria para a cidade, fundamentada em referenciais urbanos. Inicialmente foram utilizados instrumentos que buscavam a revitalização dos setores tradicionais e históricos da cidade, além de um programa cultural que conectava lazer e cultura por meio da apropriação de parques públicos. Para tanto, a prefeitura promoveu uma criação acelerada de novos espaços de cultura e lazer na cidade. Em relação a esta questão Rechia pondera que

a transformação cultural da cidade iniciada nos anos 70 segue desenvolvendo um intenso e ininterrupto processo voltado à promoção de uma identidade cultural e de referenciais urbanos para o cidadão. Esse processo pode estar contribuindo para despertar um sentimento de pertencer à cidade, estabelecendo uma cumplicidade entre esta e seus moradores. (2003, p. 28)

Nos anos 80 houve um aumento da participação popular, e a cidade se voltou às ações sociais. Desta forma, Curitiba continuou a promover iniciativas nas áreas de meio ambiente, educação, saúde, transporte, habitação, geração de emprego e renda. Estas e outras ações nomearam a cidade como “capital ecológica”, e o urbanismo aplicado passou a se chamar urbanismo ecológico. Para Rechia (2003) esse processo contribuiu para despertar um sentimento de “pertencer à cidade”, estabelecendo uma cumplicidade entre esta e seus moradores.

Nos anos 90 Curitiba continuou com um intenso crescimento populacional, que se observava desde os anos 70, fazendo com que fosse necessário um maior planejamento quanto ao seu crescimento, principalmente na ocupação das áreas urbanizadas ao sul da cidade, ampliando o número de escolas, creches, unidades de saúde e programas sociais. Dessa forma, mesmo diante desse significativo aumento populacional, e com novos desafios, Curitiba manteve a preocupação com as áreas verdes, transformando-as em espaços para a potencialização da cultura local e para o lazer comunitário (RECHIA, 2003).

Dessa forma, a partir do histórico do planejamento de Curitiba, Rechia (2003) afirma que é possível observar princípios da racionalidade ambiental que apontados por Leff⁴, uma vez que algumas intervenções urbanísticas da cidade seguem uma proposta que associa “cidade/homem/natureza”. Devido a este planejamento que busca a sustentabilidade local, a cidade foi sede do evento de preparação para a ECO 92⁵, recebendo da imprensa as denominações de “cidade-modelo”, “cidade ecológica”, “capital brasileira de qualidade de vida”, entre outras. Portanto,

a insistência em querer dar um perfil histórico/cultural à cidade, criando parques e bosques urbanos com a idéia de criação de pontos de encontro, assimilando a questão ambiental no planejamento, relacionando-a inclusive com a cultura de seus imigrantes, criou uma marca identitária do lugar que lhe conferiu status mundial e a colocou como modelo de “cidade ecologicamente correta”. (RECHIA, 2003, p. 88)

No entanto, Pereira (2001, *apud* RECHIA, 2003) afirma que embora seja considerada um modelo de “cidade ecologicamente correta”, Curitiba “demonstra as contradições da produção do espaço que se baseia em um conceito de ‘progresso’ urbano que contém em si mesmo sua negação: a qualidade de uma área é medida em contradição à precariedade de outras”. Mas mesmo diante dessa contradição - problemas urbanos de ordem política, social e econômica - não se pode deixar de lado os resultados no processo de desenvolvimento urbano da cidade. Sobre tal questão, Rechia afirma que

⁴ Citado por Rechia (2003, p. 87), Leff (2001) pondera que “as políticas neoliberais estão levando a capitalizar a natureza, a ética e a cultura”, Por outro, “os princípios de racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, fundados na (re)apropriação da natureza, na (re)significação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores do humanismo”.

⁵ Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.

Tais fatos podem estar associados ao processo de institucionalização do planejamento urbano, o qual desempenhou função ímpar na conquista de status alcançado atualmente por Curitiba, o que a diferencia de muitas outras cidades que foram crescendo sem planejamento. Algumas políticas ambientais foram consequência dessas ações e hoje apresentam boas perspectivas. (2003, p.89)

Nesse sentido, concordando com Rechia (2003, p. 92), percebe-se que

Curitiba tenta buscar a qualidade de vida urbana por meio da potencialização de algumas políticas públicas articuladas em diferentes dimensões: saúde, saneamento, educação, cultura, lazer, transporte, etc., os quais podem estar possibilitando e garantindo ao cidadão que vive nesta cidade uma vida um pouco mais saudável, sobretudo, quando comparado à realidade da urbanização brasileira, porque tenta estabelecer uma relação entre cidade, cidadão e qualidade de vida.

A partir desse olhar minucioso sobre a cidade de Curitiba, tem-se um maior embasamento para o estudo das questões relativas à cultura e suas influências para a vida em sociedade.

4 AS CULTURAS: CULTURA POPULAR, CULTURA ERUDITA E A INDÚSTRIA CULTURAL

A "cultura" é um dos principais conceitos para a educação física, porque todas as manifestações corporais humanas são geradas na dinâmica cultural, desde os primórdios da evolução até hoje, expressando-se diversificadamente e com significados próprios no contexto de grupos culturais específicos (DAOLIO, 2004).

A partir da tradição antropológica, Daolio (2005) destaca dois grandes sentidos ao conceito "cultura", que revelam sua evolução e seu uso em diferentes momentos e com intenções variadas. Nas primeiras tentativas de conceituar o termo cultura, esta aparecia apenas como produção humana, como algo material, externo ao homem. Ao longo do tempo, o conceito de "cultura" deixou de ser apenas critério material e externo ao homem para ser considerado como processo dinâmico inerente a todos os humanos. Dessa forma, todas as manifestações corporais do homem são geradas na dinâmica cultural humana, desde os primórdios da evolução até hoje.

Nesse sentido, Chauí (1994, *apud* DAOLIO, 2005) afirma que cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística. Já Geertz (1989, *apud* DAOLIO, 2005) entende a cultura como sendo uma teia de significados, que dá sentido e orienta a vida de todos os homens em todos os momentos. Segundo esse autor, a cultura é essencialmente pública, porque os significados são públicos.

Para Santos (2003), cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções. Não é apenas uma parte da vida social e não se pode dizer que seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe. Entendida dessa forma, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. A cultura é uma construção histórica, ou seja, não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana.

A partir disso, pode-se afirmar que existem duas modalidades de cultura: a cultura erudita e a cultura popular. A primeira caracterizada em ser própria dos intelectuais e artistas da classe dominante da sociedade, a segunda considerada

como espontânea, advém dos trabalhadores urbanos e rurais (CHAUÍ, 1994). A cultura erudita, por estar vinculada à classe dominante, é reconhecida pela sociedade como a cultura oficial. A cultura popular é pensada sempre em relação à cultura erudita, à alta cultura, a qual é de perto associada tanto no passado como no presente às classes dominantes. (SANTOS, 2003)

Assim sendo, é a própria elite cultural da sociedade, participante de suas instituições dominantes, que desenvolve a concepção de cultura popular. Esta é assim duplamente produzida pelo conhecimento dominante: é o conhecimento dominante que decide o que é cultura popular.

A cultura erudita e a cultura popular se desenvolvem a partir da polarização entre erudito e o popular, a qual transfere para a dimensão cultural a oposição entre interesses das classes sociais na vida da sociedade. Assim, como a existência das classes dominadas denuncia as desigualdades sociais e a necessidade de superá-las, sua cultura pode ser vista como tendo um conteúdo transformador. (SANTOS, 2003).

Nesse sentido, o que se busca na cultura popular é seu caráter de resistência à dominação, ou seu caráter revolucionário em relação a esta. Para ser pensada assim, a cultura popular tem de ser encarada não como uma criação das instituições dominantes, mas como “um universo de saber em si mesmo constituído, uma realidade que não depende de formas externas, ainda que se opondo a elas”. (SANTOS, 2003, p. 56)

Dessa forma, as concepções de cultura e o próprio conteúdo da cultura estiveram sempre associados às relações entre as classes sociais: a oposição entre cultura erudita e cultura popular é um produto dessas relações.

A partir desse ponto é relevante entender as relações da Indústria Cultural que tem como base a comunicação de massa. No caso das modernas sociedades industrializadas é comum que elas sejam consideradas como sociedades de massa, onde as instituições dominantes têm de prover e até mesmo criar as necessidades de multidões e de seus participantes anônimos, da mesma forma que desenvolvem mecanismos eficazes para controlar essas massas humanas, fazê-las produzir, consumir e se conformar com seus destinos e sonhos. (SANTOS, 2003).

Dessa forma, para Santos (2003, p. 67), “a indústria cultural parece homogeneizar a vida e visão do mundo das diversas populações”. Os meios de comunicação de massa fazem parte da paisagem social moderna e se caracterizam

como veículo da indústria cultural. Eles penetram em todas as esferas vida social, no meio urbano ou rural, na vida profissional, nas atividades religiosas, no lazer, na educação e na participação política. O mesmo autor afirma que tais meios de comunicação não só transmitem informações, eles também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, de se vestir, entre outros.

Uma característica das informações e “jeitos de ser” que a indústria cultural apresenta é que parecem dirigir-se a cada indivíduo particularmente, embora suas mensagens sejam comuns a todos e procurem gerar necessidades e expectativas massificadas. No entanto,

a cultura na sociedade contemporânea não se reduz ao conteúdo dos meios de comunicação de massa, nem a lógica de funcionamento da indústria cultural é necessariamente uma descrição da dimensão cultural da sociedade. (SANTOS, 2003, p. 69).

A própria indústria cultural não é imune às contradições da vida social. Do mesmo modo, o controle sobre as mensagens transmitidas, ainda que muito forte não é absoluto.

Nesse sentido, a dimensão da cultura é permeada pelas influências da indústria cultural. E nessa perspectiva, é preferencialmente no tempo e espaço de lazer que as culturas podem ser (re)organizadas.

5 LAZER: O FENÔMENO MULTIFACETADO

Nos dias de hoje e nas sociedades evoluídas, o lazer ainda constitui uma realidade banal. Muitos estudiosos pensam sobre a sociedade como se não existisse a noção de lazer e intelectuais audaciosos, ao buscar novos sistemas que desejassem mais próximo da atual realidade, deixam-no de lado. Dessa forma, é relevante entender como esse fenômeno vem se constituindo.

Muitas são as dificuldades em se definir o termo lazer, por esse ser um fenômeno multifacetado inserido nas transformações que ocorrem na sociedade como um todo. No entanto, algumas características apontadas pelos diferentes autores, mesmo que divergentes, podem auxiliar na busca pela compreensão deste fenômeno em uma perspectiva sociológica.

No Brasil, os estudos sobre o tema “lazer” começaram na primeira metade do século XX, e neles já é possível identificar concepções de lazer em voga naquele período histórico. A partir da análise de textos da época, é possível constatar que o lazer era compreendido como uma fração de tempo situada no âmbito do chamado “tempo livre”. Portanto, o lazer era entendido como um fenômeno decorrente das conquistas trabalhistas, materializado na forma da limitação da jornada de trabalho, das férias e fins de semana remunerados, que constituem ainda hoje os períodos de tempo institucionalizados para os descansos, passatempos e diversões. (GOMES, 2004)

Gomes (2004) afirma que a partir desse contexto difundiu-se a idéia de que as horas de lazer deveriam ser preenchidas com atividades recreativas consideradas “saudáveis” pelos segmentos hegemônicos. Com isso houve uma ampliação do acesso das camadas populares e diversos conteúdos culturais que antes constituíam privilégio da burguesia. No entanto, foi revestido de caráter coercitivo, pois as atividades oferecidas à população operária eram apenas aquelas consideradas “lícitas”.

Essa compreensão que restringia o lazer ao tempo subtraído da jornada de trabalho foi alvo de reflexões, especialmente na segunda metade do século XX. Esse repensar sobre o lazer no Brasil vem ocorrendo desde a década de 1970, período em que foi notável a repercussão da produção teórica do sociólogo francês Joffre Dumazedier.

Para Dumazedier (2008), o lazer é o elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possuindo relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência, passam a ser tratados em novos termos. Mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, sua necessidade está presente e cada vez torna-se mais urgente. E cresce com a urbanização e a industrialização.

A partir disso, Dumazedier afirma que o lazer trata-se de um fenômeno que exerce conseqüências sobre o trabalho, a família e a cultura e constrói seu conceito afirmando que

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (2008, p. 34)

Por situar o lazer como um “conjunto de ocupações”, restringindo o fenômeno à prática de determinadas atividades, esse conceito é alvo de críticas por parte de alguns autores. Além disso, o lazer é definido em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana.

Para Gomes (2004), trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas e enfatiza que na vida cotidiana, nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer. Nesse sentido, não se vive em uma sociedade composta por dimensões neutras e desconectadas umas das outras, mas sim relacionadas e interdependentes.

Nos últimos anos, os trabalhos de Nelson Marcellino vêm sendo consideravelmente citados nos estudos sobre o lazer no Brasil. Esse autor se baseia em Dumazedier, embora suas análises sejam redimensionadas em alguns pontos. Fundamentado em Antônio Gramsci, Marcellino utiliza perspectivas marxistas para subsidiar suas considerações.

Do ponto de vista conceitual, Marcellino (1987, p. 31) entende o lazer como “cultura – compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”. Para o autor, o importante como traço definidor é o

caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação.

De certa forma, essa proposição avança a perspectiva de Dumazedier, no qual lazer e ócio eram colocados em campos opostos. Ao redimensionar o lazer como cultura, essa compreensão supera o seu entendimento como mero “conjunto de ocupações”.

Apesar de promover um avanço na compreensão de lazer, o conceito de Marcellino deixa confuso o que se entende por cultura. Segundo Alves⁶ (2003, *apud* Gomes, 2004) é necessário superar o entendimento restrito de lazer como cultural, pois associar o lazer com a cultura ressalta a importância de se aprofundar conhecimentos sobre esta última. O lazer é uma das importantes dimensões da cultura, assim como o trabalho, a educação, a família, dentre outras. Dessa forma, o lazer está imerso na cultura.

Em relação às características marcantes da discussão conceitual do lazer no contexto brasileiro, tem-se a referência da ludicidade. Esta, compreendida como eixo principal da experiência de lazer é, segundo Bramante⁷ (1998, *apud* Gomes, 2004), uma das poucas unanimidades entre os estudiosos que teorizam sobre o tema. Dessa forma, mesmo com as particularidades que distinguem cada pesquisador, a presença do lúdico pode ser constatada em várias abordagens.

A partir de uma perspectiva marxista, Fernando Mascarenhas formulou seu conceito de lazer. Conforme suas palavras, o lazer se constitui como:

um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. (MASCARENHAS, 2003, p. 97)

O mesmo autor afirma que o lazer deve constituir um espaço de organização da cultura, ampliando as oportunidades para que se questionem os valores da ordem social vigente, de maneira que as pessoas não apenas vivenciem, mas também produzam cultura.

⁶ ALVES, Vânia F. N. Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 83-114.

⁷ BRAMANTE, Antonio Carlos: Lazer: concepções e significados. **Licere**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, set. 1998.

Pelo exposto, a cultura institui uma expressiva possibilidade para se conceber o lazer no contexto histórico-social brasileiro. A cultura constitui um campo de produção humana em várias perspectivas, e o lazer representa uma de suas dimensões: inclui a fruição de diversas manifestações culturais.

Assim sendo, Gomes (2004) afirma que o lazer é uma dimensão da cultura construída socialmente, em nosso contexto, a partir de quatro elementos inter-relacionados:

- a) *Tempo*, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc);
- b) *Espaço-lugar*, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer;
- c) *Manifestações culturais*, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento;
- d) *Ações (ou atitude)*, que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade.

Mesmo o lazer sendo um direito legalmente garantido, sua consecução depende principalmente de três fatores determinantes: o primeiro refere-se à falta de acesso da maior parte da população ao lazer; o segundo, a pequena oferta de ações de educação para e pelo lazer; e o terceiro, à escassez de profissionais capacitados para o gerenciamento e a execução das atividades. (TOSIN, 2005).

É, portanto, a partir desses elementos e dificuldades que os sujeitos conseguirão ter acesso a essa dimensão da cultura. Mas para isso, o Estado precisa contribuir no sentido de fomentar políticas públicas no âmbito do lazer, para que os sujeitos exerçam seu direito ao lazer.

5.1 AS POLÍTICAS DE LAZER

Para Bramante (2004), a combinação dos dois vocábulos, “política” e “lazer”, conceitualmente, resulta impossível já que o primeiro representa um conjunto de

princípios e pressupostos os quais levam ao controle, enquanto o segundo tem na liberdade uma de suas premissas essenciais.

No campo do lazer, as políticas são geradas para estabelecer padrões de decisão, aplicando-os aos tipos de situações semelhantes ou mesmo orientando outras situações consideradas singulares. Uma política de lazer é fruto da compreensão e assunção de determinada filosofia a qual interpreta a sociedade e as relações que nela se estabelecem. (BRAMANTE, 2004)

Portanto, políticas podem ser consideradas como guias para a ação e não a ação em si, assim como geram caminhos para atingir determinados objetivos, não sendo objetivos em si.

Quando aplicadas no campo do lazer, dada a tensão contraditória desses termos já no início mencionada, compreende-se na atualidade que a aplicação dos mecanismos propostos no quadro de formulação e implementação de políticas deve ter a finalidade educativa na perspectiva humanista e emancipatória, visto o contexto social da sociedade brasileira, em que ainda se sobrevaloriza o trabalho, as obrigações, a produtividade e o consumo, independentemente do lócus em que essa experiência lúdica é vivenciada. (BRAMANTE, 2004)

A Constituição Federal prevê em seu artigo 6º que o lazer é um direito social, juntamente com a educação, a saúde, o trabalho, a segurança e outros, e no artigo 217 é afirmado que o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social. No entanto, após a Constituição de 88 nunca houve preocupação em viabilizar o exercício do lazer como um direito social.

Apesar disso, o Estado tem o dever de promover a democratização dos espaços de lazer, assim como inverter as prioridades das ações e ampliar o acesso aos espaços e práticas de esportes e de artes às pessoas que estão excluídas dos projetos da livre iniciativa, incluindo suas famílias e seus grupos de convívio. A descentralização das atividades culturais de lazer torna possível a construção de políticas e planos comunitários, democratizando o acesso às artes e aos esportes, numa perspectiva de garantia dos direitos humanos (THOMAZ, 2005, p. 326).

O respeito e a valorização das manifestações do corpo incentivam a organização das comunidades na definição das suas prioridades e para ocuparem seus espaços, na perspectiva de criação de novos tempos e formas de geração de renda e de bem-estar coletivo.

Dessa forma, a construção de políticas de lazer possibilitam o acesso a atividades criativas e prazerosas que resgatam e valorizam práticas presentes em suas manifestações corporais, assim como são um caminho para qualificar a vida de muitas pessoas excluídas das oportunidades, bem como para valorizar manifestações autênticas de idéias expressivas e criativas da cultura popular.

Em Curitiba, o órgão responsável por fomentar esse tipo de política pública é a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer. Nesse sentido, é relevante entender como esse órgão se constituiu e quais são seus objetivos na gestão das políticas públicas de lazer.

6 A SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER DE CURITIBA

Atendendo à crescente demanda da população, o então Departamento de Esporte e Recreação vinculado à Secretaria de Educação, transforma-se em 1995 em Secretaria Municipal do Esporte e Lazer por meio de um Projeto de Lei⁸, que dispõe sobre as políticas públicas que passariam a guiar suas ações. Neste documento previam-se as seguintes ações na área do lazer:

- a) Desenvolver ações voltadas para diferentes segmentos da sociedade, em atividades educativas, sociorecreativas e culturais que propiciem a participação espontânea, a ocupação do tempo disponível, o incentivo à criatividade e à melhoria da condição física;
- b) Realizar eventos com datas alusivas;
- c) Promover assessoramento e apoio técnico a entidades governamentais e não governamentais, na construção de equipamentos e materiais de lazer e práticas de atividades lúdicas;
- d) Estimular a prática de atividades sociorecreativas e culturais, visando à apropriação dos espaços públicos multifuncionais, por parte da população.

No organograma da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba estão incluídos a Superintendência, onde estão vinculados os Núcleos Regionais, e os Departamentos de Esporte e o de Lazer. As principais atribuições dos Núcleos Regionais são:

planejar e coordenar as ações de esporte, lazer e atividade física nos espaços próprios ou de terceiros, pertencentes à sua regional, seja operacionalizando projetos, atendendo reivindicações da comunidade, estabelecendo parcerias ou prestando suporte técnico. (TOSIN, 2005, p. 31)

Ao Departamento de Lazer coube a tarefa de “promover a cultura do lazer junto à população, desenvolvendo ações educativas, sócio-recreativas e culturais visando à ocupação do tempo disponível de forma criativa e participação espontânea”, com as seguintes atribuições: propor a política de lazer do município, coordenando as ações dela decorrentes; implementar plano de ação estabelecendo objetivos, programas, pesquisas e projetos que promovam o desenvolvimento do lazer no município; propor o calendário anual de atividades de lazer; ofertar

⁸ Documento oficial da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba, fornecido pela Diretora do Departamento de Lazer Lenita Scheidt, gestão 1995-2000.

assistência técnica em projetos de lazer às entidades governamentais e não governamentais e aos órgãos representativos da comunidade; e elaborar a proposta orçamentária do Departamento.

Resultante do modelo de gestão de Curitiba, a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer teve definida sua missão:

fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, visando bem estar, promoção social e a inserção na sociedade, consolidando sua cidadania. (TOSIN, 2005, p. 32)

A partir disso, para Tosin (2005), uma política de lazer que atue como meio de democratização cultural e promoção social, como recomenda a Constituição Brasileira de 1988, e que reconheça o direito ao lazer como uma das necessidades básicas para a afirmação da cidadania deveria ser então pensada e implantada em Curitiba. Assim, foi aprovada a Lei 9942 de 29 de agosto de 2000, que “dispõe sobre a Política Municipal do Esporte e Lazer”, regida pelos princípios da democratização, participação, informação e descentralização na busca de igualdade de oportunidades aos cidadãos em sua ação diária.

A democratização se refere a proporcionar o livre acesso às atividades do esporte, do lazer e da atividade física. A participação se vincula à garantia de esporte e o lazer como direito constitucional do cidadão. O princípio da informação está ligado à forma contínua de informar o cidadão sobre os benefícios do esporte, do lazer e da atividade física. E a descentralização se refere à potencialização de ações mais próximas dos cidadãos.

Atuando conforme estes princípios e objetivando o cumprimento de sua missão, a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer, sob orientação do Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, definiu objetivos estratégicos, resultados, indicadores e produtos que norteiam e efetivam a política de esporte e lazer do município.

Os objetivos estratégicos são:

- a) Incentivar/estimular a autogestão da comunidade nas ações de esporte e lazer;
- b) Promover o esporte nas suas manifestações comunitárias, estudantis e de rendimento, buscando parcerias;

- c) Estimular a prática de atividades e hábitos saudáveis da cultura corporal do cidadão;
- d) Implementar programação de lazer para a cidade através de parcerias.

Como resultados esperados, têm-se:

- a) Maior integração e participação da comunidade;
- b) Aumento da co-responsabilidade da comunidade na preservação dos equipamentos públicos;
- c) Aumento da co-responsabilidade da comunidade no desenvolvimento da política municipal de esporte e lazer;
- d) População com estilo de vida mais saudável;
- e) Melhora na satisfação da comunidade pelo serviço da SMEL.

Para tanto, os indicadores são:

- a) Número de participantes nos eventos;
- b) Número de apoios e chancelas prestadas à comunidade;
- c) Número de equipamentos depredados;
- d) Número de usuários que realizam atividades físicas, esportivas e de lazer nos equipamentos gerenciados pela SMEL;
- e) Número de parcerias estabelecidas;
- f) Número de avaliações físicas realizadas na população através do Programa CuritibaAtiva;
- g) Número de eventos realizados.

E os principais produtos que a SMEL pretende obter são:

- a) Agenda de programação das organizações;
- b) Eventos esportivos e de lazer em parceria com a comunidade;
- c) Eventos esportivos estudantis, comunitários e de rendimento;
- d) Grupos de atividade física e esportiva;
- e) Publicações e palestras abordando os benefícios da atividade física;
- f) Festivais e mostras de ginástica e dança;
- g) Eventos recreativos e culturais;
- h) Programa Linha do Lazer;
- i) Oficina de materiais esportivos e de lazer;

- j) Programa CATES – Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos;
- k) Programa CuritibaAtiva.

A partir desses objetivos, resultados esperados, indicadores e produtos, infere-se que avaliar as políticas de esporte e lazer apenas por meio de números não basta para garantir políticas públicas efetivas. Um ponto relevante apresentado nesses itens é a recorrente menção da parceria entre a SMEL e a comunidade, o que pode contribuir na efetivação das propostas da SMEL.

Em relação à questão da comunidade vinculada à SMEL, é notório que pessoas com menor poder aquisitivo, participam menos de atividades que exijam desembolso financeiro, como teatro, cinema e shows, mesmo demonstrando interesse em frequentá-las. Este fato levou a SMEL a promover atividades e eventos gratuitos de lazer, democratizando e facilitando o acesso e a participação de maneira ampla e irrestrita.

A partir de 2003, todas as ações do Departamento de Lazer foram agregadas em três programas básicos: a Linha do Lazer, o Lazer na Cidade e o Dança Curitiba.

O programa Linha do Lazer é uma ação permanente que se caracteriza pelo atendimento diário de técnicos e acadêmicos de Educação Física, a clientela específica como crianças em situação hospitalar, idosos em casas e lares de repouso, pessoas com deficiência, crianças em creches comunitárias entre outros. Este programa, lançado em 22 de março de 1993, foi pioneiro no país a utilizar um ônibus adaptado para levar atividades diversificadas de lazer (recreação, atividades manuais, esportivas e culturais), a lugares distantes e desprovidos de infra-estrutura específica para a prática destas atividades. (TOSIN, 2005).

O programa Lazer na Cidade tem como principal objetivo proporcionar diversificadas atividades de lazer a população, levando as ações a locais mais próximos com facilidade de acesso ao cidadão das diferentes faixas etárias. Diferentes espaços públicos, específicos ou não, têm sido utilizados para a realização de atividades. Assim, praças, logradouros, ruas, parques e escolas servem ao desenvolvimento, ao descanso e ao divertimento proporcionando momentos de convivência entre a população. (TOSIN, 2005).

O programa Dança Curitiba será discutido de forma mais abrangente, visto que é o foco desse estudo.

6.1 O PROGRAMA DANÇA CURITIBA

O programa Dança Curitiba é resultante de um processo construído ao longo dos últimos 27 anos, quando o primeiro evento de dança, em novembro de 1984, foi promovido com o nome de *Encontro de Ginástica, Jazz e Comunidade*. Neste período, que pode ser chamado de “laboratório”, significativas e importantes ações voltadas à dança foram implementadas. Hoje, o programa é de ação permanente e acontece de abril a outubro, tendo as seguintes categorias:

- a) *Dança Curitiba – Circuito*: apresentações de dança de grupos amadores, pré-profissionais e profissionais realizadas em pontos turísticos da cidade como parques e Memorial de Curitiba, de acordo com regulamento próprio. A Prefeitura destina toda a infra-estrutura e organização para que grupos, academias e escolas de dança apresentem-se nestes eventos proporcionando a comunidade lazer contemplativo;
- b) *Dança Curitiba – Festival*: com mostras oficiais no Teatro Ópera de Arame e apresentações paralelas que pode acontecer na Rua XV de Novembro, Parque Barigüi, Shoppings e outros pontos turísticos da Cidade, além de oferecer programação didática de cursos com profissionais de renome nacional. O Festival tem regulamento próprio com análise dos trabalhos por comissão de curadores e acontece em setembro. Em 2010 o Festival de Dança chegou a sua 27ª edição.
- c) *Mostra de Dança nas Regionais*: em parceria com os núcleos regionais da SMEL, as mostras são realizadas de agosto a outubro. Participam grupos, academias e escolas de dança, com inscrições nas próprias regionais.



FIGURA 1 - APRESENTAÇÃO GRUPO INFANTIL DE JAZZ

De acordo com Tosin (2005), o programa Dança Curitiba tem a finalidade de proporcionar momentos agradáveis de entretenimento e bem estar aos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento de sua formação e informação, tornando-os parceiros e apreciadores desta forma de lazer. Em apresentações públicas programadas para diferentes espaços urbanos, as entidades participantes têm a oportunidade de demonstrar seu trabalho, contribuindo para a satisfação e auto-estima de seus integrantes.

O programa Dança Curitiba tem se tornado uma referência enquanto política pública, pois não se tem registro que o poder público ou Secretaria de Esporte e Lazer desenvolva ação semelhante onde se promova a dança enquanto lazer com qualidade e organização. Estas são palavras dos profissionais da dança da cidade, também o programa foi reconhecido pela Escola do Teatro Bolshoi no Brasil como “programa de incentivo ao desenvolvimento e a democratização da dança em nosso país” em ofício recebido em março de 2003 pela Secretaria Municipal do Esporte e Lazer de Curitiba. O programa tem por objetivos:

- a) Popularizar a dança por meio de apresentações na cidade de Curitiba incentivando a formação de platéia;
- b) Mostrar e divulgar talentos da dança, incentivando a troca de experiências técnicas e informações, para o aperfeiçoamento técnico dos participantes;
- c) Oportunizar aos profissionais de dança a divulgação de sua arte, a descoberta de talentos coreográficos, gerando um intercâmbio com vistas a engrandecer a arte, a cultura e o movimento, em Curitiba;
- d) Valorizar a arte e o movimento da dança em todas as suas manifestações;
- e) Difundir a dança em Curitiba, proporcionando momentos de lazer à comunidade;
- f) Ampliar a oferta de lazer cultural e contemplativo, oportunizando às entidades participantes a demonstração de seu trabalho e a satisfação pessoal de seus integrantes;
- g) Oportunizar às academias, grupos e escolas de dança, a divulgação da atividade física, promotora de saúde e de lazer;
- h) Incentivar a promoção social através da dança;
- i) Consagrar Curitiba com o Festival de Dança de qualidade.



FIGURA 2 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE JAZZ

Em relação à discussão sobre a responsabilidade de gerir o Dança Curitiba (SMEL ou Fundação Cultural de Curitiba), em entrevista com as gestoras do Departamento de Lazer, a gestora B afirmou o seguinte:

O Dança Curitiba poderia ser da Fundação Cultural, mas desde que eu estou na Secretaria de Esporte e Lazer (1996) eu não vi a Fundação Cultural promover esse tipo de evento.

Dessa forma, essa afirmação corrobora com a perspectiva de lazer imerso na cultura, no entanto as gestoras entendem que o Dança Curitiba não se traduz em uma política cultural, visto que não faz parte dos objetivos do programa. Elas entendem que o programa é opção de lazer para a comunidade e acreditam que pode perpassar pelas questões da cultura, mas como consequência e não objetivo.

A gestora B afirmou ainda que:

Acredito que se a gente deixar de fazer, não vai mais acontecer esse tipo de evento. Pelo menos não nos mesmos moldes gratuitos, sem custo, porque a Fundação Cultural, por não ser uma Secretaria direta, pode cobrar.

No entanto, de acordo com a mesma gestora, a Fundação Cultural de Curitiba nunca mostrou interesse em realizar um evento como o Dança Curitiba,

mesmo porque a SMEL tomou essa frente desde 1984 e nunca deixou de fazer, e para eles está “normal” e dizem “que bom que vocês fazem porque se vocês não fizeram, ninguém vai fazer”. (Gestora B)

No que se refere ao público que o programa busca atingir, no sentido de participação “ativa”, a gestora B acredita que são os grupos de dança das escolas, particulares, municipais e estaduais, as academias e escolas de dança, de todas as

faixas etárias, desde crianças até os idosos. Em relação ao público que assiste, a gestora B afirma que:

O público que assiste é variado, desde pais, familiares e amigos de quem dança até pessoas que estavam passando perto do local e decidem entrar para ver o que é, visto que o acesso é livre e acontece concomitantemente com a Feira de Artesanato do Largo da Ordem no domingo pela manhã. Muitas vezes, antes de começar o evento já tem um certo público, mas é começar o evento que o Memorial enche.

Nesse sentido, o espaço e as relações que acontecem no mesmo (Feira de Artesanato, por exemplo) interferem no público que assiste às apresentações.

A partir dessas entrevistas com as gestoras atuais do Departamento de Lazer da SMEL, percebeu-se algumas transformações ocorridas ao longo dos anos no programa Dança Curitiba. Cabe agora, entender quais mudanças ocorreram e seus motivos.

7 AS (MU)DANÇAS DO DANÇA CURITIBA

7.1 (MU)DANÇA DOS ESPAÇOS: UMA QUESTÃO DE LEI, DE INFRA-ESTRUTURA E DE CLIMA

Antes de abordar as relações do Programa Dança Curitiba com os espaços, é necessário que se entenda como se dá as relações com o espaço, assim como conhecer os espaços de Curitiba onde ocorreram ou ocorrem o Dança Curitiba.

Nesse sentido, é possível compreender as relações sociais a partir da compreensão da constituição do espaço, suas formas de apropriação, suas transformações, os sentidos e significados a ele atribuídos. Nesse sentido:

O espaço e o tempo deixam de ser considerados como mera representação ideológica das sociedades e passam a ser assimilados como a materialidade latente, o substrato da vida social que também é passível de uma leitura para investigar o comportamento e a estratificação sociais. (LUCHIARI, 1996, p. 218)

Para tanto, torna-se necessário o entendimento do termo espaço. Santos (1988, *apud* LUCHIARI, 1996) afirma que:

O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço.

Nesse sentido, percebe-se que é a partir da apropriação do espaço pelos sujeitos é que este terá sentidos e significados. Esta apropriação do espaço, segundo Tuan⁹ (1983, *apud* TSCHÖKE *et al*, 2008), faz com que o espaço se transforme em lugar, preenchido por experiências e vivências relacionadas à dependência e liberdade. O mesmo autor afirma existir uma dialética entre essas duas dimensões: “o espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado é lugar. O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade” (TUAN, 1983, *apud* TSCHÖKE *et al*, 2008).

⁹ TUAN.Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

Rechia e França (2006, p.63) corroboram com essa perspectiva, afirmando que

Espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Indo além nessa questão, Tschöke (2010) afirma que o espaço é muito mais do que apenas dimensões representadas por números, é nele que as diferenças econômicas, sociais e culturais se materializam, bem como, as relações sociais acontecem. O desafio, segundo a autora, é perceber como acontece esse dinâmico processo de apropriação do espaço, desvelando os sentidos e significados que os usuários dos mesmos lhes conferem.

Já nos espaços públicos de lazer, ressalta-se que estes devem ser espaços de sociabilidade, palco de transformações sociais e de resistência. Segundo Rechia (2003), esses espaços são uma espécie de síntese do aspecto físico da cidade e a partir da apropriação, que pode vir a transformar aquele espaço em lugar, é que podemos desvelar o pulsar da vida urbana, ou seja, a vida na cidade. Uma das características mais interessantes desses espaços, segundo a mesma autora, é “a possibilidade de tornarem-se lugares de encontro por meio de usos combinados e cruzados, pois se mostram como expressão da vida de uma sociedade”.

A partir disso, torna-se relevante conhecer os espaços públicos em que são realizados os eventos do programa Dança Curitiba.

A Ópera de Arame, espaço em que aconteceram vários festivais de dança do Dança Curitiba, faz parte do Parque das Pedreiras, junto com a Pedreira Paulo Leminski. A Ópera de Arame, inaugurada em 1992, construída em 60 dias, é um espaço fechado destinado a apresentações artísticas. A estrutura em ferro tubular, construída em 60 dias, é semelhante a Ópera de Paris. Cercada por um lago em Cascata, tem 2.400 lugares, distribuídos entre platéia e os 46 camarotes.



FIGURA 3 - ÓPERA DE ARAME

O Parque Tanguá, espaço em que foram feitas várias etapas do Circuito Dança Curitiba, ocupa uma área de 235 mil metros quadrados de um antigo conjunto de pedreiras desativadas. Inaugurado em 1996, o parque garante a preservação da bacia Norte do Rio Barigüi, bem próximo à sua nascente, no município de Almirante Tamandaré. Possui dois lagos e um túnel artificial, pelo qual os visitantes podem passar de barco. O Parque é dotado ainda de um ancoradouro, ciclovia, pista de Cooper, lanchonete e estacionamentos.



FIGURA 4 - PARQUE TANGUÁ

Outro espaço em que foram desenvolvidas etapas do Circuito Dança Curitiba foi o Parque Barigüi. Criado em 1972, com uma área de 140 hectares, o Parque Municipal Barigüi foi uma antiga Sesmaria de Mateus Leme, no século XVII. O Parque é composto de três bosques, que abrigam um remanescente dos capões de araucária.



FIGURA 5 - PARQUE BARIGÜI

O Memorial de Curitiba, localizado no centro histórico da cidade, é hoje o principal espaço em que se desenvolve o Dança Curitiba. Inaugurado em 1996, o Memorial da Cidade é um espaço dedicado à memória, às artes e à cultura de Curitiba. O projeto arrojado, do arquiteto Fernando Popp, contrasta com as antigas construções do Setor Histórico. No Memorial da Cidade o público pode assistir a apresentações cênicas e musicais, ver exposições de arte, assistir a palestras ou participar de cursos sobre arte e cultura. As instalações do Memorial contam com três salas para exposições, o Teatro Londrina e uma praça ampla que permite realizar eventos. O prédio tem estrutura de aço e concreto, com cobertura de vidros laminados. Possui quatro pavimentos e terraço.



FIGURA 6 - MEMORIAL DA CIDADE DE CURITIBA

Apesar de estar contemplado nos documentos da SMEL que o Dança Curitiba acontece em diversos espaços públicos, não é isso que ocorre hoje.

Desde 1994, o Dança Curitiba acontecia em parques e praças, porém por conta de uma lei, o evento teve que ser removido desses espaços e ficar apenas no Memorial de Curitiba. Algo semelhante aconteceu com a Ópera de Arame: o Festival acontecia nesse espaço e por conta da infra-estrutura do local, o evento teve que ser remanejado também para o Memorial de Curitiba.

Nesse sentido, a gestora B afirmou que:

O Circuito acontecia em parques e praças, mas hoje não podem mais ser utilizados pela questão da Lei de Manejo que proibiu a utilização dos espaços principalmente pela poluição sonora, então temos que respeitar.

O plano de manejo realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente adverte que nos parques da cidade de Curitiba

a visitação será livre existindo formas de comunicação sobre usos proibidos e permitidos na Unidade de Conservação. Usos permitidos: passeios a pé, sentar na grama, observação da natureza, piqueniques, fotografia, etc. Usos proibidos: competições, poluição residual, visual, sonora, atmosférica ou hídrica, exercer atividades comerciais (ou de venda particular), propagandas e programações ou eventos particulares, eventos de cunho religioso, político ou atentatório aos bons costumes, trafegar com veículos em áreas destinadas a pedestres, transitar com animais domésticos, transitar com cavalos ou veículos de tração animal, gravar, pintar, escrever ou pichar e o uso de fogueiras ou fogos de artifícios. (PLANO DE MANEJO, p. 22)

Para tanto, entende-se que o programa Dança Curitiba pode ser concebido pela SMMA como um conjunto de eventos que atuam no aumento da poluição, em suas diversas formas, nos parques de Curitiba. No entanto, a ex-gestora A afirma que:

se existe um momento com pessoas aglutinadas em torno de uma expressão cultural dentro do parque, pode-se muito bem trabalhar as questões do meio ambiente como conservação, separação de lixo, poluição de rios, ou seja, uma conscientização da população sobre essas questões. Quando se faz uma parceria, tem-se condições de fazer eventos em qualquer espaço.

Dessa forma, acredita-se que se houvesse uma efetiva parceria entre a SMEL e a SMMA as políticas públicas de ambas poderiam ser potencializadas. No entanto, a falta de parcerias para o uso dos espaços não é o único motivo para que não se utilizem os espaços de parques e praças, pois

O único parque que ainda é permitido fazer esse tipo de evento é o Parque Barigui. Mas outro motivo de não utilizarmos esses espaços é o fator do tempo-clima. Nesses espaços públicos, e abertos, quando chove, o evento não acontece. Já aconteceu, em muitos eventos, de a gente ter que cancelar por causa da chuva, frio ou vento intenso. Então a gente acabou ficando em um local que é garantido que o evento aconteça que é o Memorial. Até porque o Memorial tem uma boa estrutura para um evento de

dança, assim como a questão do público, pois o evento acontece no domingo pela manhã junto com a feirinha, então o evento tem público garantido. No parque era um evento muito bonito, mas tinha várias barreiras para se trabalhar. Mas o maior obstáculo é sim, a Lei de Manejo que temos que respeitar. (Gestora B)

O fator tempo-clima é muito relevante na cidade de Curitiba, visto que na maior parte do ano as temperaturas são baixas e chove muito, havendo uma grande instabilidade para a realização de eventos ao ar livre.

Outra mudança do Dança Curitiba, foi o espaço em que era desenvolvido o Festival. De acordo com a gestora B essa mudança foi

por causa da questão de infra-estrutura da Ópera de Arame. Assim o Festival passou a acontecer no Memorial de Curitiba a partir do ano passado.

O Memorial de Curitiba, assim como a Ópera de Arame, possui muitas vantagens, entre elas está a questão de se tratarem de espaços fechados e apropriados para apresentações artísticas, nesse sentido não há o risco de cancelamento dos eventos pela questão do clima-tempo. No entanto, como a gestora B afirmou, a Ópera de Arame não é mais utilizada para os eventos do Dança Curitiba visto que sua infra-estrutura está deficitária e hoje é utilizado prioritariamente o espaço do Memorial de Curitiba. Em relação à Ópera de Arame, os eventos do Dança Curitiba realizados no Memorial de Curitiba possuem algumas vantagens, como: localização central da cidade, realização concomitante com a feirinha de artesanato do Largo da Ordem e, por consequência, um fluxo intenso de pessoas.

No entanto, as relações existentes no espaço público ao ar livre são perdidas, visto que o espaço ser fechado – mesmo que a entrada seja gratuita – já é uma barreira para o acesso do público, enquanto que em espaços públicos ao ar livre as pessoas estão abertas a diversos estímulos e podem contemplar as apresentações no local e da forma que quiserem. Nesse sentido, entende-se que essa pode ser uma desvantagem dos eventos realizados em espaços fechados como o Memorial de Curitiba. Dessa forma, essa mudança pode restringir o público, limita o espaço e centraliza as ações.

7.2 (MU)DANÇA DAS MODALIDADES: UMA QUESTÃO DA INDÚSTRIA CULTURAL?

Analisando os grupos de dança que já se apresentaram no Dança Curitiba nos anos anteriores e os grupos mais recentes, percebe-se uma mudança de modalidades, e mais: uma massificação de determinadas modalidades.

De acordo com a gestora C, houve uma transformação das modalidades de dança que participam do Dança Curitiba ao longo dos anos. Ela afirma que:

na década de 90, o axé foi muito forte, hoje caiu de moda, os grupos daquela época deixaram de existir. Depois da novela "O Clone" aumentou muito o número de grupos de dança do ventre, a mesma coisa aconteceu com a dança de salão que até 2000 tinham poucos grupos e esse número cresceu logo depois de se iniciar a "Dança dos Famosos" da Rede Globo. Hoje, a modalidade que tem maior número no cadastro é o hip hop. Mas esse hip hop que se apresenta nos nossos eventos não tem nada a ver com o Manifesto Hip Hop que é um manifesto de reivindicação. Então, muitas dessas práticas que estão postas hoje tem a ver com o que a mídia está mostrando.



FIGURA 7 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE HIP HOP

Como já afirmado anteriormente, o lazer está imerso na cultura e, a partir da afirmação acima, percebe-se que está sendo permeado pelo elemento da indústria cultural.

A indústria cultural, como já discutida anteriormente, provê e até cria as necessidades de multidões, da mesma forma que massifica o consumo e os anseios dos indivíduos. Nesse caso, pode ser que muitos grupos de hip hop – que contabilizam a maioria dos grupos que participam do Dança Curitiba – estejam sendo influenciados pela indústria cultural e dessa forma sendo induzidos para a

prática desse tipo de dança. Dessa forma, a indústria cultural parece homogeneizar a vida e visão de mundo das diversas populações.

Do mesmo modo, as modalidades que em anos anteriores tinham mais adeptos e que hoje estão extintas passam pelo mesmo processo, pois é interessante para os grupos que controlam a indústria cultural que haja mudança de anseios dos indivíduos, pois assim sempre haverá consumo de bens, práticas e atitudes, contribuindo para o fortalecimento do capitalismo.

No entanto, percebe-se que existem brechas nessas relações, pois ainda existem grupos que resistem às imposições da indústria cultural e sua massificação. A gestora B afirmou que existem grupos de danças folclóricas que participam do programa há anos e nunca deixaram de participar ou mudar suas modalidades. Isso pode mostrar que mesmo que haja uma massificação de grupos de uma mesma modalidade, se estes forem extremamente influenciados pela indústria cultural, podem correr o risco de acabar em pouco tempo, enquanto os grupos que existem a partir de tradições e de outras relações podem se fortalecer e durar mais.



FIGURA 8 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE DANÇA FOLCLÓRICA

Outro ponto relevante apontado na entrevista foi a “identidade” do Dança Curitiba. De acordo com a gestora C:

a dança do ventre se tornou uma “identidade” dentro do Dança Curitiba. Teve um evento que parecia um festival persa, pois só havia dança do ventre. Não sei se esse número é por causa das comunidades árabes em Curitiba, mas muitas pessoas que dançam a dança do ventre não são da comunidade árabe e muitas também não sabem o que quer dizer os passos que estão fazendo. Acredito que é uma moda de Curitiba.

A partir dessa afirmação, pode-se perceber que até na “identidade” do Dança Curitiba está presente a indústria cultural, visto que a gestora afirmou que muitas pessoas que dançam a dança do ventre não são da comunidade árabe. No entanto, por ser uma modalidade que está presente há vários anos no programa, pode ser que tenha rompido com a lógica da indústria cultural e realmente se constitua em uma identidade do Dança Curitiba.



FIGURA 9 - APRESENTAÇÃO GRUPO DE DANÇA DO VENTRE

8 CONCLUSÃO

A partir da história de Curitiba, percebe-se uma quase permanente preocupação com o planejamento urbano, como a criação de uma paisagem urbana própria e a implementação de parques e áreas verdes na cidade, abrangendo tanto a questão ambiental quanto a disponibilização de áreas de lazer para a população.

Em relação à utilização desses espaços pelo programa Dança Curitiba, percebeu-se que ao longo dos anos houve a centralização em apenas um espaço para o desenvolvimento do programa. Esse fato ocorreu por vários motivos, entre eles: dificuldade de infra-estrutura adequada para a realização dos eventos, instabilidade climática da cidade de Curitiba que dificulta a utilização de espaços públicos abertos e a lei de manejo que proibiu a utilização de parques para fins de eventos.

Nesse sentido, infere-se que essa mudança pode restringir o público que assiste aos eventos do programa, assim como dificultar seu acesso. Em relação à lei de manejo que proíbe eventos como os do Dança Curitiba, uma alternativa seria uma efetiva parceria entre a SMEL e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente por meio de políticas concomitantes de lazer e de preservação do meio ambiente. Dessa forma, as políticas públicas das duas secretarias poderiam ser potencializadas.

O espaço é então uma ferramenta para a compreensão da realidade, e o estudo deste pode auxiliar na compreensão das manifestações sociais e culturais que ocorrem no âmbito do lazer, pois é nesse tempo e espaço que são (re)criadas e (re)organizadas as formas de cultura, sendo que o lazer é uma das dimensões da cultura.

Assim sendo, a cultura pode ser considerada uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade, tendo principalmente duas modalidades: a cultura erudita e a cultura popular. A primeira caracterizada em ser própria dos intelectuais e artistas da classe dominante da sociedade, a segunda considerada como espontânea, advém dos trabalhadores urbanos e rurais (CHAUÍ, 1994). Existe também a chamada indústria cultural que se originou através da sociedade capitalista que transformou a cultura em um produto comercializado e massificado. Dessa forma, a indústria cultural está atenta a custos, distribuição e retorno de lucros.

A arte em geral, as manifestações histórico-culturais e a identidade de uma região servem como inspiração e conteúdo de produto cultural e podem ser ressignificadas pela indústria cultural. Dessa forma, as próprias modalidades de dança sofrem influência da indústria cultural como o que se percebe no Programa Dança Curitiba, pois ao longo dos anos houve uma extinção de determinadas modalidades e um grande aumento de outras modalidades, sempre vinculadas aos conteúdos apresentados pela comunicação de massa, principalmente a televisão.

No entanto, como foi visto a partir das entrevistas, percebe-se que há brechas nessas relações e ainda existem grupos tradicionais que resistem à lógica da indústria cultural, fortalecendo assim a “vida” de diversas culturas.

REFERÊNCIAS

BRAMANTE, Antonio Carlos. Política de lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Plano de Manejo**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

DAOLIO, Jocimar. Cultura. In: GONZÁLEZ, J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Orgs.). **Dicionário crítico da educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005. (Coleção educação física). p. 106-108.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. Perspectiva: 2008.

FAHLBUSCH, Hannelore. **Dança moderna e contemporânea**. Rio de Janeiro: Sprint, 1990.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HAAS, Aline Nogueira. GARCIA, Ângela. **Ritmo e dança**. 2. ed. Canoas: ULBRA, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCHIARI, Maria Tereza. A categoria espaço na teoria social. **Revista Temáticas**, Campinas, jan./jun. p. 191-238, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: UFG, 2003.

OSSONA, Paulina. **Educação pela dança**. São Paulo: Summus, 1988.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer.** Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____; FRANÇA, R. O estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação!. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas.** Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 61-74.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos).

THOMAZ, Florismar Oliveira. Política de lazer. In: GONZÁLEZ, J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Orgs.). **Dicionário crítico da educação física.** Ijuí: Unijuí, 2005. (Coleção educação física). p. 325-327.

TOSIN, Denise Gusso. Lazer e qualidade de vida. In: KRUCHELSKI, Silvano; RAUCHBACH, Rosemary. (Orgs.). **Curitibativa gestão nas cidades voltada à promoção da atividade física, esporte, saúde e lazer: avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas e recreativas, na promoção de saúde e hábitos saudáveis da população curitibana.** Curitiba: R Rauchbach, 2005. p. 21-39.

TSCHÖKE, Aline. **Lazer na infância: possibilidades e limites para vivencia do lazer em espaços públicos na periferia de Curitiba-PR.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, 2010.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual sua ligação com a SMEL e o Dança Curitiba?
2. Como e por que foi criado o Dança Curitiba?
3. Acredita que o Dança Curitiba se caracteriza como uma política cultural? Para você, o que é uma política cultural?
4. Você entende que o Dança Curitiba deveria estar em outra Secretaria (como a Secretaria Municipal da Cultura, por exemplo)? Por quê?
5. Qual o público que o Dança Curitiba buscava atingir e qual o público que realmente atingiu? Por que isso aconteceu?
6. Quais espaços eram destinados ao Dança Curitiba?
7. Houve algum momento em que aconteceram mudanças no Dança Curitiba (seja a proposta, o público atendido ou os espaços)? Se sim, que tipos de mudanças e por quê?